

Claudio Madureira

O CPC-2015 E A
RELATIVIZAÇÃO
DA COISA JULGADA

uma proposta de aplicação prática da teoria

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 David Claudio Madureira

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M183c

Madureira, Claudio.

O CPC-2015 e a relativização da coisa julgada : uma proposta de aplicação prática da teoria / Claudio Madureira. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

240 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 213-226.

ISBN 978-85-519-0833-4

1. Direito Processual Civil. 2. Coisa Julgada. 3. Relativização. 4. Código de Processo Civil de 2015. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - A Tese da Relativização da Coisa Julgada: “Estado da Arte”	5
1.1. Posicionamento doutrinário.....	5
1.1.1. Posicionamento de Humberto Theodoro Júnior e Juliana Cordeiro de Faria	6
1.1.2. Posicionamento de Cândido Rangel Dinamarco	8
1.2. Posicionamento da jurisprudência	13
1.2.1. Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça	14
1.2.2. Posicionamento do Supremo Tribunal Federal	24
Capítulo 2 - Objeções à Doutrina da Relativização da Coisa Julgada	45
2.1. Sobre a hipotética violação ao instituto da coisa julgada	46
2.2. Sobre a pretensa ofensa ao princípio da segurança jurídica	50
2.2.1. O processo civil de nosso tempo e a busca por resultados justos na aplicação do direito	51
2.2.2. A aplicação do Direito na tensão entre a segurança e a justiça	55
2.2.3. A relativização da coisa julgada como instrumento destinado também à promoção da segurança jurídica.....	63
2.3. Objeções remanescentes.....	64
Capítulo 3 - A Justiça como Verdadeiro Fundamento Constitucional para a Relativização da Coisa Julgada.....	65
3.1. O que é justiça?	72
3.2. Identificação de um critério de justiça passível de ser aceito pelos contendores como representação da justa aplicação do Direito	75
3.2.1. Moral e justiça	75
3.2.2. Direito e justiça	83
3.2.2.1. As normas abstratas positivadas nos textos legais como ponto de partida para a aplicação do Direito	85
3.2.2.2. A influência dos fatos na aplicação do Direito.....	87

3.2.2.4. A interpretação jurídica na Era Contemporânea e a pretensão de correção moral do Direito.....	93
3.2.3. Processo e justiça.....	112
3.2.4. A jurisprudência como padrão valorativo adequado para a apreensão do que é a justiça	119
3.3. Sobre a adesão do CPC-2015 à aceção de justiça adotada neste trabalho	130
Capítulo 4 - Uma proposta de aplicação prática da teoria.....	137
4.1. Necessária distinção entre a rescisão e a relativização da coisa julgada inconstitucional	138
4.1.1. O CPC-2015 e a rescisão da coisa julgada inconstitucional.....	139
4.1.2. Campo de exclusão da rescisão da coisa julgada inconstitucional ...	141
4.2. Relativização da coisa julgada no regime do CPC-2015.....	141
4.2.1. Campo de incidência da relativização da coisa julgada	142
4.2.2. Metodologia a ser empregada: posicionamento de Cândido Rangel Dinamarco	143
4.2.3. Limites operacionais para a relativização da coisa julgada	147
4.2.4. Instrumentos processuais idôneos a promover a relativização da coisa julgada.....	161
4.2.4.1. Embargos e/ou impugnação ao cumprimento da sentença.....	165
4.2.4.2. Exceção (ou objeção) de pré-executividade	172
4.2.4.3. Querela nullitatis	177
4.2.5. Eficácia do provimento judicial que afeta os efeitos da coisa julgada.....	189
4.2.6. A teoria administrativa dos efeitos dos atos nulos como parâmetro teórico adequado à justificação da preservação de efeitos concretos consolidados de sentenças/acórdãos submetidos à relativização da coisa julgada	199
4.2.7. Relativização da relativização.	206
Conclusões.....	209
Referências Bibliográficas	213